

## C.2. COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA

### **ASSUNTO**

Compensação Pecuniária paga ao militar temporário ou praça não estabilizada, por ocasião de seu licenciamento ex-offício por “TÉRMINO DE PRORROGAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO”.

### **FINALIDADE**

Orientar as diversas UG sobre os procedimentos a serem adotados para o pagamento da Compensação Pecuniária ao militar temporário ou praça não estabilizada, por ocasião de seu licenciamento.

### **LEGISLAÇÃO**

- a **LEI N.º 7.963, DE 21 DEZ 1989, que concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião, de seu licenciamento;**
- b **LEI N.º 12.336, DE 26 OUT 2010, modifica a Lei nº 4.375 de 17 AGO 1964 (LSM) e na Lei nº 5.292 de 8 JUN 1967 (dispõe sobre oficiais do MFDV);**
- c **DECRETO N.º 99.425, DE 30 JUL 1990, que regulamenta a Lei nº 7.963, de 21 de dezembro de 1989, que concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião de seu licenciamento;**
- d **OFÍCIO N.º 069 – ASSE JUR – 05 (A1/SEF), DE 31 MAI 2005 e PARECER N.º 092/AJ/SEF, DE 27 OUT 2006, que tratam da possibilidade de pagamento de compensação pecuniária por período passado na condição de adido, por problema de saúde, quando posteriormente, o militar é licenciado ex-offício por término de prorrogação de tempo de serviço;**
- e **PARECER N.º 035/AJ/SEF, DE 15 AGO 2005, que trata ser devida compensação pecuniária a militar que não requereu prorrogação de tempo de serviço, assim como a militar que não requereu a compensação pecuniária;**
- f **PARECER N.º 057/AJ/SEF, DE 10 OUT 2005 e OF N.º 021-A2.2.6- GAB CMT EX, DE 16 JAN 2012, que tratam da impossibilidade de pagamento de compensação pecuniária a militar licenciado por aprovação em concurso público;**
- g **PARECER N.º 060/AJ/SEF, DE 05 FEV 2009, que trata sobre os direitos remuneratórios da gestante após a licença maternidade (quatro meses mais dois meses);**
- h **OF N.º 91 – ASSE JUR – 10 (A1/SEF), DE 5 MAI 2010, Of N.º 179 – ASSE JUR – 11 (A1/SEF), DE 6 OUT 2011 e DIEX N.º 95-ASSE1/SSEF/SEF, DE 16 OUT 12, que tratam da impossibilidade de pagamento de compensação pecuniária a militar desincorporado;**
- i **PARECER N.º 69/AJ/SEF, DE 10 AGO 2012, que trata da impossibilidade de pagamento de compensação pecuniária a militar licenciado ex-offício por conveniência do serviço;**
- j **DIEX N.º 50-ASSE1/SSEF/SEF, DE 11 ABR 2013, que trata que o valor da compensação pecuniária é com base na remuneração devida na data do pagamento;**
- k **OFÍCIO N.º 075 – Asse Jur -11 (A1/SEF) CIRCULAR, de 19 MAIO 2011, dispõe sobre oficiais do MFDV;**
- l **DIEx N.º 261-S1/Gab/CPEX-CIRCULAR de 19 MAR 2015, dispõe sobre oficiais do MFDV;**
- m **DIEx nº 190-Asse1/SSEF/SEF, de 21 OUT 15, dispõe sobre situação de adido por motivo de saúde;**

n **DIEEx nº 200-Asse1/SSEF/SEF, de 4 NOV 15**, dispõe sobre licenciamento mediante revogação do ato administrativo de concessão de prorrogação de tempo de serviço;

o **DIEEx nº 230-Asse Jur – 11 (A1/SEF), de 21 DEZ 11**, dispõe sobre devolução de valores recebidos à título de compensação pecuniária, envolvendo militares temporários reintegrados por força de medida liminar; e

p **DIEEx nº 51-Asse1/SSEF/SEF, de 8 MAR 19**, expediente versando sobre a Portaria nº 19.003-11ª RM, 21 JAN 19, que aprova as Normas Internas desse Grande Comando Regional aplicáveis a militares reintegrados e encostados judicialmente com direito a tratamento médico.

q **DIEEx nº 245- Asse1/SSEF/SEF, de 6 Nov 19**, expediente versando sobre restituição de compensação pecuniária por militares reintegrados – prazo precricional

## ***DO DIREITO***

a O militar temporário ou praça não estabilizada, **LICENCIADA “EX-OFFÍCIO” POR TÉRMINO DE PRORROGAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO**, fará jus à Compensação Pecuniária equivalente a 01 (uma) remuneração mensal por ano de efetivo serviço militar prestado, tomando-se como base de cálculo o valor da remuneração correspondente ao posto ou à graduação na data do processamento do pagamento da referida Compensação.

b Os militares temporários e às praças não estabilizadas devem ser **LICENCIADAS “EX-OFFÍCIO” POR TÉRMINO DE PRORROGAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO** no último dia da prorrogação, cumprindo desta forma todo o tempo de serviço a que se obrigou.

c A compensação pecuniária, a título de benefício, atribuída ao militar temporário ou à praça não estabilizada licenciada “ex-offício” por término de prorrogação de serviço, instituída pela Lei nº 7.963, de 21 de dezembro de 1989, para sua concessão, obedecerá, além dos preceitos estabelecidos na referida lei, aos seguintes critérios:

1) Na hipótese do beneficiário optar pelo recebimento do pecúlio em parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas corresponderá ao valor de uma ou mais remunerações mensais, até a sua integralização, sendo a primeira recebida dentro em trinta dias do licenciamento;

2) O acordo, previsto no art. 2º, da Lei nº 7.963, de 21 de dezembro de 1989, deverá ser publicado no Boletim Interno;

d para fins de pagamento do pecúlio, não integram a remuneração as parcelas percebidas a título de:

- 1) diárias;
- 2) ajuda de custo;
- 3) indenização de transporte;
- 4) auxílio ou adiantamento para aquisição de uniformes;
- 5) indenização de etapas de alimentação;
- 6) décimo terceiro salário (adicional de natal);
- 7) adicional de férias.

e O valor do pecúlio integral ou parcelado será reajustado na mesma proporção e na mesma data da majoração dos soldos dos servidores militares federais.

f Os militares abaixo, caso sejam licenciados ex-offício por término de prorrogação do tempo de serviço, fazem jus a compensação pecuniária:

- 1) Oficiais da reserva não remunerada, quando convocados;
- 2) Praças da reserva não remunerada, quando convocados ou reincluídos;
- 3) Praças temporárias engajadas ou reengajadas;

- 4) Oficiais, sargentos e cabos técnicos temporários; e
- 5) Sargentos de carreira oriundos das Escolas de Formação, não estabilizados.

**g Não fazem jus à Compensação Pecuniária:**

- 1) O militar temporário licenciado ex-offício a bem da disciplina, por conveniência do serviço ou por condenação transitada em julgado;
- 2) O militar temporário licenciado a pedido;
- 3) A praça desertora excluída, seja ex-offício ou por motivo de incapacidade definitiva;
- 4) O militar desincorporado por incapacidade física para a atividade militar;
- 5) O militar licenciado ex-offício por motivo de assunção de cargo/emprego público permanente;
- 6) O militar licenciado sem cumprimento integral da sua última prorrogação;
- 7) O militar temporário em serviço militar obrigatório, desde que não portador de CDI e do sexo masculino;
- 8) O militar falecido; e
- 9) Quando houver prescrição quinquenal do direito.
- 10) O militar licenciado mediante **revogação do ato administrativo** de concessão de prorrogação do tempo de serviço.

## ***DO PAGAMENTO***

**a.** O pecúlio será sacado **na 1ª transmissão do pagamento e na transmissão complementar** pelas UG, de acordo com o cronograma de pagamento.

**b.** A OM em que o militar for licenciado ex-offício por término de prorrogação de tempo de serviço deverá, quando do ajuste de contas do militar, realizar o pagamento da compensação pecuniária sobre seu tempo de efetivo serviço nessa OM, excetuando-se o caso de militar temporário transferido.

**c.** No caso de transferência do militar temporário não haverá interrupção de tempo de serviço, e portanto, o militar não será licenciado no momento do seu desligamento da sua antiga OM, e caberá à próxima OM efetuar o pagamento de todo o período, caso o militar seja licenciado ex officio por término de prorrogação de tempo de serviço.

1º Ex - militar servindo na OM X foi **transferido** para a OM Y. Caberá à OM Y o saque de todo o tempo em que o militar serviu na OM X mais o da OM Y (isso porque não houve o licenciamento do militar na OM X, somente sua transferência).

2º Ex - militar servindo na OM X foi **licenciado**. Posteriormente, foi reconvocado na OM Y e, ao final de seu tempo de serviço, também licenciado. Caberá às OM o saque sobre seus respectivos tempos em que o mesmo esteve servindo. Isto é, cada OM será responsável por seu saque. De que forma: OM X, quando do licenciamento do militar, gerará a Ficha Cadastro Pecuniária e fará o saque utilizando o código A66. A OM Y, quando do licenciamento do militar, solicitará o pagamento via DIEx ao CPEx, conforme consta no Item C.2.12 deste Anexo.

**d.** Cada OM deve ser responsável de solicitar ao CPEx somente as cotas complementares referentes ao período em que o mesmo pertenceu ao seu efetivo.

**e.** O objetivo deste procedimento é evitar, como já ocorreu em determinados casos, a **prescrição do direito** e também solicitações **sem amparo legal**.

## ***CÁLCULO DO TEMPO DE SERVIÇO***

a. Para efeito de apuração do tempo de efetivo serviço, a fração de tempo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias será considerada 1 (um) ano, desde que o militar já possua no mínimo 01 (um) ano de efetivo serviço prestado;

b. O período de serviço militar inicial obrigatório não é computável para o saque da compensação pecuniária, exceto para militares técnicos temporários do segmento feminino (serviço militar voluntário);

c. Caso o militar permaneça em serviço ativo por força de medida judicial liminar (antecipação de tutela) e ao final do processo (julgamento do mérito) o pedido for denegado, ou seja, o militar demandante não tiver seu pleito acolhido, este tempo passado na ativa não será computado para fins do pagamento de compensação pecuniária.

### **PROCEDIMENTOS PRELIMINARES**

a. Ao militar temporário e às praças de carreira não estabilizadas licenciadas “ex-officio” por término de prorrogação de tempo de serviço, independente de solicitação formal ao OD (requerimento), é devido o pagamento da Compensação Pecuniária (“*Adstrita ao Princípio da Legalidade, deve a Administração Militar proceder ao pagamento do aludido direito por ocasião do término do tempo da prorrogação do tempo de serviço, inclusive quando o militar não a tiver requerido.*” – Parecer nº 035/AJ/SEF, de 15 AGO 05);

b. Ao OD, uma vez comprovado o direito do militar ao referido benefício, cabe exarar o parecer favorável e providenciar para que a concessão do benefício seja publicado em Boletim Interno (BI) da UG, conforme o modelo constante no item C.2.16; e

c. Somente depois de publicada em BI a concessão do benefício, a UG poderá sacar a compensação pecuniária para o ex-militar.

### **SAQUE DA COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA**

#### **a. As UG deverão adotar os seguintes procedimentos:**

1) Verificar se o militar beneficiário já possui Ficha Cadastro Pecuniária (pesquisar todos os Prec/CP que o militar já possuiu).

a) Se o militar já possuir cadastro em outro CODOM ou PG, porém sem ter recebido nenhum valor, a UG deverá solicitar, via DIEx, ao CPEx a exclusão da Ficha Cadastro antiga;

b) Se o militar já possuir cadastro e já tiver recebido algum valor em outra oportunidade, deverá proceder como descrito no item C.2.12, deste manual.

c) **Especial atenção aos oficiais Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários (MFDV).**

Com o advento da Lei nº 12.336, de 26 OUT 10, **NEM TODOS OS MDFV POSSUIDORES DE CERTIFICADO DE DISPENSA DE INCORPORAÇÃO (CDI) farão jus ao recebimento da Compensação Pecuniária**, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS). É imprescindível que a UG faça consulta à Região Militar (RM) de vinculação, a fim de se certificar se o militar foi convocado na condição de **VOLUNTÁRIO** ou **DE SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO** ao EAS.

Procedimentos a ser adotados pelas UG:

(1) **consultar a RM de vinculação** sobre a situação do militar MFDV, possuidor de CDI;  
(2) se o MFDV estiver na condição de “SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO”, implantá-lo ou atualizar o campo “05” de sua ficha cadastro com o código “52”; e

(3) caso o mesmo esteja na condição de “VOLUNTÁRIO” ao SMI, fará jus à pecúnia referente ao 1º período da convocação (EAS), devendo ser implantado ou atualizado o referido campo para o código “53”.